

JUDEUS LIBANESES EM SÃO PAULO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PERSPECTIVA DE MUSEALIZAÇÃO

LEBANESE JEWS IN SÃO PAULO: MEMORY, IDENTITY AND PERSPECTIVE OF MUSEALIZATION

Adriana Abuhab Bialski*

Resumo: O presente trabalho propõe-se a compartilhar algumas reflexões iniciais suscitadas a partir da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada provisoriamente *Judeus do Oriente Médio em São Paulo: perspectivas de musealização para o legado de imigrantes libaneses*. Esse estudo tem como objetivo resgatar, aprofundar e dar visibilidade à história e à memória das famílias judaicas oriundas do Líbano, responsáveis pela formação de uma comunidade organizada em São Paulo no início do século XX. Para isso, são mobilizados conceitos da Nova Museologia e noções de museus comunitários e etnográficos, que embasam o desenvolvimento de uma proposta de musealização para o patrimônio material e imaterial do grupo em foco. Assim, pretende-se, por um lado, valorizar a cultura desses imigrantes e contribuir para a salvaguarda de seu legado, e, por outro, em termos teóricos, colaborar para o preenchimento de uma lacuna na interface entre estudos judaicos e museológicos.

Palavras-chave: Judeus libaneses no Brasil. Judaísmo brasileiro. Judeus em São Paulo. Imigração judaica. Musealização da memória judaica.

Abstract: The present work proposes to share some initial reflections raised by the ongoing doctoral research, provisionally entitled *Jews of the Middle East in São Paulo: perspectives of musealization for the legacy of Lebanese immigrants*. This study aims to rescue, deepen, and give visibility to the history and memory of Jewish families from Lebanon, responsible for the formation of an organized community in São Paulo at the beginning of the twentieth century. To this end, concepts of the New Museology and notions of community and ethnographic museums are mobilized, which support the development of a musealization proposal for the material and intangible heritage of the group in focus. Thus, it is intended, on the one hand, to value the culture of these immigrants and contribute to the safeguarding of their legacy, and, on the other hand, in theoretical terms, to collaborate to fill a gap in the interface between Jewish and museum studies.

* Mestra e doutoranda do Programa de Pós-Graduação Letras Estrangeiras e Tradução (PPG LETRA) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).
E-mail: <abuhabbialski@usp.br>.

Keywords: Lebanese Jews in Brazil. Judaism in Brazil. Jews in São Paulo. Jewish immigration. Musealization of Jewish memory.

Judeus no Brasil

A história dos judeus no Brasil tem início com o desembarque de Pedro Álvares Cabral e seus companheiros de navegação em nossa costa. Vários indivíduos de origem judaica estariam entre os tripulantes, assim como teriam sido responsáveis pela empreitada. São os chamados cristãos-novos ou criptojudeus¹, categorias que surgem com a instauração do Tribunal do Santo Ofício na Península Ibérica no final do século XV. Durante todo o período colonial, esse grupo se fez presente. Em contraposição, somente entre 1630 e 1654, período da dominação holandesa em Pernambuco, foi possível professar o judaísmo livremente.

Uma nova história se descortina a partir do começo do século XIX. Com o fim oficial da Inquisição, somado à Abertura dos Portos às Nações Amigas, à vinda da família real, à assinatura dos tratados de comércio, inserindo o Brasil na rota internacional, e à própria Independência em 1822, o país passa a receber imigrantes declaradamente judeus, caracterizando a imigração contemporânea. Assim temos, ainda nos anos 1800, a vinda de judeus marroquinos em maior número à região amazônica, motivada pelo ciclo das drogas do sertão, posteriormente pelo ciclo da borracha, e em um grupo menor, ao Rio de Janeiro. Os motivos para esse êxodo seriam a falta de oportunidades econômicas e as hostilidades sofridas no Norte da África. Na mesma época, judeus ingleses e franceses, comerciantes e profissionais liberais, chegam ao município fluminense, em função da vida pulsante da capital federal à época. Quanto a São Paulo, apesar dos poucos registros, sabe-se que um grupo originário da região europeia da Alsácia-Lorena seria provedor de artigos de luxo para a nascente burguesia urbana.

Já às vésperas do século XX e durante as décadas seguintes, são os judeus provenientes da Europa Oriental e Central que se estabelecem majoritariamente no Sudeste brasileiro. De fato, o Brasil se destaca em meio a todo o movimento migratório judaico a partir de meados dos anos 1920. Nos anos 1930, com a ascensão do nazismo, o país continua recebendo um contingente importante, driblando as limitações impostas pelo governo Vargas.

¹ Criptojudeus são aqueles que professam a religião judaica às escondidas.

A imigração judaica com origem no Oriente Médio e destino os estados de São Paulo e Rio de Janeiro divide-se em dois momentos distintos. O primeiro deles abrange originários da ilha de Rodes, na Grécia, e das cidades de Istambul e Esmirna, na Turquia, assim como naturais dos atuais Líbano e Síria e dos núcleos de Safed, Jafa e Jerusalém, situados na Palestina da época, que chegam nas três primeiras décadas do século passado. Como motivação da saída podem ser mencionadas as crescentes manifestações nacionalistas e as turbulências políticas que atingem as minorias. No que tange à situação econômica, o aumento da concorrência internacional passa a pesar sobre os produtos locais e o inchaço das cidades se soma à crise na produção agrícola de subsistência.

A segunda leva imigratória diz respeito aos judeus orientais que deixaram sua terra natal, expulsos ou sentindo-se ameaçados pela postura antissionista e antijudaica dos países árabes, a partir da nova configuração geopolítica resultante do estabelecimento do Estado de Israel. Ainda que almejando a América do Norte primordialmente, muitas famílias da Síria, do Líbano e do Egito fixaram residência em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 1950. O país estava em fase de expansão econômica e não havia registro de antissemitismo. Esse fluxo migratório de meados do século passado não integra o estudo pretendido.

Segundo dados de 2010, os judeus brasileiros somam 106 mil indivíduos, dos quais 50.580 residem no estado de São Paulo. Aproximadamente 90% dos judeus paulistas estão estabelecidos na capital².

Judeus libaneses em São Paulo

A pesquisa de doutorado, cujo título provisório é *Judeus do Oriente Médio em São Paulo: perspectivas de musealização para o legado de imigrantes libaneses*, tem como objeto as famílias judaicas que partiram das cidades libanesas de Beirute e Sidon (ou Seida) nas três primeiras décadas do século XX rumo a São Paulo. As memórias da vida comunitária formada a partir desse processo migratório podem e devem ser matéria-prima na proposição de uma iniciativa museológica orientada à salvaguarda e à transmissão desse patrimônio centenário.

O Líbano, como conhecemos na atualidade, é fruto da dissolução oficial em 1922 do Império Otomano, potência militar que dominou por séculos a região hoje correspondente ao Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental. Alteração importante no mapa político

² GOLDBAUM, 2022.

regional se dá em 1916, com o estabelecimento do Acordo Sykes-Picot. Essa medida pontua o início da influência francesa no território em meio ao processo de derrocada do governo turco. Em 1918 o país efetivamente se encontra sob controle francês, ainda que a formalização pelos órgãos internacionais tenha sido concretizada em 1923. Depois de uma primeira declaração de independência em 1941, o Líbano se torna formalmente independente da França em 1943.

O período que vai de 1880 a 1920 corresponde ao ápice da emigração das minorias que se encontravam no atual Líbano ao Brasil; como motivos para tal movimentação são apontadas a precária situação econômica e a inferioridade sociorreligiosa tendo em vista uma sociedade fundamentalmente islâmica³. Fator adicional e decisivo para a saída de não-muçulmanos foi a aplicação da lei do alistamento em 1909 e a requisição desses soldados para as diversas guerras em que o Império Otomano esteve envolvido⁴.

É nesse cenário que se desenrola a saída dos judeus libaneses. Geralmente solteiros, dirigiram-se à capital paulista com o objetivo de “fazer a América” e evitar o serviço militar. Ao contrário de outros fluxos imigratórios ao Brasil, não foi incentivado nem contou com qualquer subvenção por parte de instâncias governamentais. Por outro lado, os imigrantes foram beneficiados pela rede de ajuda que se estabeleceu a partir da própria comunidade.

Sob o contexto espacial, a Figura 1 ilustra, no mapa à esquerda, o Líbano e as cidades de origem dos imigrantes contemplados pelo estudo, Beirute no norte e Sidon mais ao sul, distantes cerca de 40 km uma da outra. O mapa do centro evoca o movimento imigratório em si, do Oriente Médio ao Brasil. O mapa da direita salienta as cidades receptoras: Rio de Janeiro, assim como Santos e São Paulo.

³ TRUZZI, 2009.

⁴ JULIUS, 2020 e GOLDFELD, 2012.

Figura 1 – Contextualização geográfica: do Líbano ao Brasil



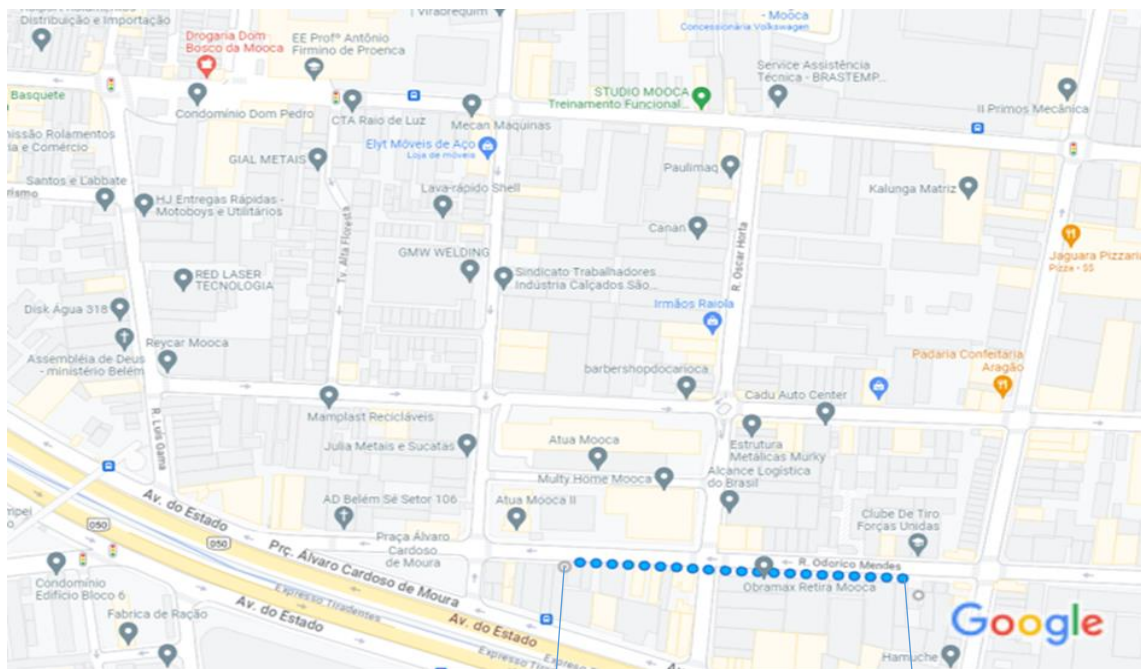
Fonte: elaboração da autora a partir de mapas disponíveis na internet.

Na capital paulista, os judeus libaneses fixaram residência especialmente no bairro da Mooca (Fig. 2). Grosso modo, ocuparam, ao lado de imigrantes de origens europeias, as ruas Odorico Mendes, Dom Bosco e da Mooca, assim como as travessas Coronel Cintra, Oscar Horta e Barão de Jaguará, entre outros logradouros. As sinagogas Israelita Brasileira e União Paulista foram constituídas na década de 1930 na mesma rua Odorico Mendes, nos números 174 e 380, respectivamente. Além da Mooca, marcaram presença nos bairros do Cambuci e do Ipiranga. A década de 1970, por sua vez, assinalou a reterritorialização dessa comunidade para o bairro de Higienópolis⁵. A título de curiosidade, as duas sinagogas da Mooca – “lugares de memória”, segundo o conceito cunhado por Pierre Nora⁶ – mantêm-se como edificações, porém com utilização bastante reduzida, uma vez que o grupo judaico, em sua quase totalidade, não reside mais nas redondezas.

Figura 2 – Contextualização espacial em São Paulo - Mooca

⁵ PÓVOA, 2010.

⁶ NORA, 1993.



Sociedade Sinagoga Israelita Brasileira

União Israelita Paulista

Fonte: elaboração da autora, a partir do Google Maps.

Identidade judaica oriental

A comunidade judaica libanesa, à semelhança de outras existentes nos demais países do Oriente Médio e Norte da África (MENA, na sigla em inglês), formou-se a partir da reunião de dois grupos distintos. O primeiro grupo abrange os judeus que descendem daqueles que se estabeleceram nessas terras desde os tempos bíblicos e que nunca abandonaram a região. São os assim chamados judeus orientais ou *mizrahim*, no termo em hebraico. O segundo grupo, conhecido como sefardita, é constituído pelos descendentes das famílias expulsas da Península Ibérica em virtude da Inquisição, que passam a residir nessas mesmas localidades integrantes do Império Otomano. Assim, judeus sefarditas e orientais não só conviveram por séculos no Líbano e em países próximos como acabaram amalgamados. Segundo Rachel Mizrahi⁷, pesquisadora da história dos judeus do Oriente Médio instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda que o grau de assimilação dos sefarditas tenha variado conforme o país do MENA, a identidade oriental saiu fortalecida.

⁷ MIZRAHI, 2005.

Desde a década de 1970 e principalmente 1980, a especificidade étnica judaica-oriental tem ganhado espaço nos estudos acadêmicos que se realizam em Israel e em outros países, do ponto de vista identitário, sociológico, antropológico, etnográfico, chamando a atenção quanto à necessidade de preservação dessa memória, em meio a abordagens mais plurais e à identificação da importância da diversidade cultural.

Como parte da pesquisa *Judeus do Oriente Médio em São Paulo: perspectivas de musealização para o legado de imigrantes libaneses*, foram entrevistados até o momento pouco mais de uma dezena de integrantes da segunda geração no Brasil, ou seja, filhos e filhas de imigrantes judeus libaneses de Beirute e Sidon. Esses pioneiros, cuja chegada data do início do século XX, são os responsáveis pela formação de uma comunidade organizada no bairro paulistano da Mooca⁸. Apoiado na metodologia da história oral, esse trabalho ainda está em andamento, devendo ser concluído em 2024. Mesmo não finalizado, permite vislumbrar uma formação de coleção considerável.

A Figura 3 exemplifica uma entrevista a uma descendente de judeus libaneses. Na ocasião, foi coletado seu depoimento e, na mesma oportunidade, procedeu-se ao registro de objetos e fotos de família.

Figura 3 – Exemplo da formação de coleção

⁸ As entrevistas aconteceram entre setembro e dezembro de 2023, graças à iniciativa comunitária denominada *Comunidade Judaica da Mooca*. Essa ação se desenvolve sob o alicerce da história oral, somada ao esforço de coleta, preservação e divulgação de acervo textual, iconográfico e de objetos. É liderada por mim e pela pesquisadora Myriam Rosenblit Szwarcbart e apoiada por um grupo que chamou para si a responsabilidade da salvaguarda e transmissão dessa herança,



Fonte: acervo do projeto *Comunidade Judaica da Mooca*.

Atividades como essa revelam a riqueza do projeto, fornecendo, por exemplo, indícios da identidade judaica oriental. Nesse âmbito, salientamos a predominância do idioma árabe como forma de expressão cotidiana familiar. O francês aparece como língua estrangeira, fruto da influência da *Alliance Israélite Universelle*⁹, dominado por aqueles que tiveram o privilégio de serem egressos da instituição. A segunda geração, a dos nascidos no Brasil, não teve qualquer contato com o idioma europeu, uma vez que a comunicação entre parentes e amigos acontecia em árabe ou já em português. Outra constatação são os casamentos endogâmicos, resultantes dos laços familiares e da conterraneidade entre as comunidades judaicas libanesas residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além disso, ressaltamos as famílias numerosas, a liturgia própria nas casas e sinagogas, o conservadorismo religioso e a atividade econômica voltada ao comércio e ao ofício de colchoeiro.

O dia a dia intragrupo prevalecia. A convivência com o contingente de árabes não judeus e com outros imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, era comum; menos expressivo no início da vida no Brasil era o relacionamento com os asquenazes, judeus oriundos da Europa Central e Oriental. Ao contrário, muitas vezes a relação era de estranhamento. No que diz respeito ao ideal sionista, era pouco presente nas primeiras décadas do século XX.

⁹ Fundada em 1860 e baseada em Paris, a *Alliance Israélite Universelle* é uma organização internacional voltada à educação.

Pressupostos teóricos para uma perspectiva de musealização voltada ao legado de judeus libaneses em São Paulo

A fim de propor uma experiência museológica centrada na memória das famílias judaicas descendentes de imigrantes oriundos de Beirute e Sidon, valemo-nos dos conceitos de museu e museu comunitário, subordinados à noção mais ampla da Nova Museologia.

O movimento da Nova Museologia, “museologia de ação”, segundo seus adeptos¹⁰, corresponde a uma forma de contestação da museologia tradicional e de experimentação de novas formas do fazer museológico¹¹. Segundo Soares, a Nova Museologia “é a expressão da mudança prática no papel social do museu, sendo também uma estruturação de valores”.¹² Essa corrente enfatiza o aspecto social dos museus e seu caráter interdisciplinar, procurando também beneficiar o desenvolvimento local.¹³ O rompimento com a noção de museu tradicional teve como marco, principalmente no contexto latino-americano, a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972.¹⁴

Segundo essa nova concepção, o museu deixa de ser um mero depositário de objetos e torna-se protagonista e incentivador no que diz respeito ao fomento de construções de identidade e cidadania. De acordo com Soares¹⁵, o objeto não deixa de ter valor, mas é acessório, auxiliando na constituição da experiência museológica subjetiva.

Conforme a definição do Conselho Internacional de Museus (Icom) aprovada em Praga em 24 de agosto de 2022¹⁶,

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional,

¹⁰ SOARES, 2012.

¹¹ BRITTO, 2021.

¹² SOARES, 2012, p. 61.

¹³ DESVALLÉES et al., 2013.

¹⁴ A Mesa Redonda de Santiago do Chile, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em parceria com o Conselho Internacional de Museus (Icom), marca o protagonismo da América Latina na criação de um novo conceito de museu: responsável socialmente, com o dever de atuar sobre o território em que se localiza e de interagir com a comunidade no qual se insere.

¹⁵ SOARES, 2012.

¹⁶ Disponível em:

<https://www.icom.org.br/?page_id=2776#:~:text=Com%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20comunidades%2C%20os%20museus%20funcionam,durante%20a%20Confer%C3%A2ncia%20Geral%20do%20Icom%20em%20Praga>. Acesso em: 22 jan. 2024.

proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.

Em webinar recente promovido pelo Museu Judaico de Sidney, na Austrália, Barbara Kirshenblatt-Gimblett, especialista canadense nos temas da cultura, dos museus e especificamente de instituições voltadas à memória judaica, discorreu sobre os esforços empreendidos pela comunidade museológica internacional para se chegar a uma nova definição de museu. Em suas palavras:

A definição de 2019¹⁷ teve a intenção de refletir sobre os desenvolvimentos mais progressistas no campo dos museus. Desejava-se que os museus fossem menos sobre consenso, ao mesmo tempo mais responsivos a questões voltadas à sociedade contemporânea. Os museus deveriam atuar como uma influência positiva a seus visitantes, impactando a sociedade para além da educação. *Advocacy*¹⁸ não significa viés; não se trata de exercer pressão em direção a uma agenda particular. *Advocacy* significa criar um espaço para o debate civil esclarecido. (tradução nossa)¹⁹

No território brasileiro, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, estabelece que

consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Em seu parágrafo único, dá destaque também aos processos museológicos protagonizados pelas comunidades, como explicitado no trecho a seguir:

enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.²⁰

O museu comunitário, categoria que ganha força na nova definição de museus referendada pelo Icom, tem como principal ator a comunidade. É ela que desperta em seus

¹⁷ Kirshenblatt-Gimblett se refere à definição discutida a partir de 2019, mas só aprovada em 2022.

¹⁸ Termo sem tradução em português, ligado à ideia de defesa, promoção, ativismo.

¹⁹ COSIC, 2023.

²⁰ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

membros a reflexão sobre a importância da salvaguarda de um legado. A partir da constatação de uma lacuna e de quanto é vital preenchê-la, lança um movimento que prospecta memórias, recolhe testemunhos, dá vida a documentos e fotos esquecidas. Com o material reunido, forma acervo, preocupa-se com sua conservação, e trabalha para a extroversão desse patrimônio material e imaterial. É a comunidade transmitindo sua história a partir de um julgamento particular, tendo como ponto de partida a construção de um autoconhecimento coletivo. O principal valor da experiência comunitária são ideias, ações e emoções que dão sentido à memória grupal, a partir de interpretações próprias.

De acordo com Elizabeth Crooke²¹, o museu comunitário é idealizado por seus membros, sendo formatado de acordo com suas necessidades no presente e seus olhares para o futuro. Esse tipo de organização fortalece a identidade do grupo, imprimindo novos ares à vida comunitária. Funciona a partir do ativismo de seus membros, seu engajamento e participação social. Afinal, a história contada no museu é sua própria história. Para as pesquisadoras Karen Brown, Marie Claverie e Karin Weil²², “museus comunitários são um modo inclusivo e dinâmico de apropriação da memória e das experiências da comunidade no século XXI” (tradução nossa). De certa forma, o museu comunitário é uma contrapartida à globalização homogeneizadora.

No que diz respeito às experiências museológicas brasileiras, a formação da primeira entidade visando à preservação da memória e da história da imigração judaica ocorre em 1977 no Rio de Janeiro. Na capital paulista, são duas as instituições que lidam com essa temática atualmente: o Memorial da Imigração Judaica e do Holocausto (Memorial) no bairro do Bom Retiro e o Museu Judaico de São Paulo (MUJ) na região central da cidade.

Nos últimos anos, o Memorial, inaugurado em 2015, tem atuado prioritariamente para que a memória do Holocausto seja perpetuada, em detrimento de outros temas da vida judaica, com um esforço incessante direcionado, em grande parte, ao público escolar das redes pública e privada²³. Isso porque a instituição já vinha trabalhando com a perspectiva de abertura das exposições de longa duração por parte da outra organização paulistana voltada à preservação e à extroversão do patrimônio judaico, o MUJ, o que de fato acontece em dezembro de 2021. Em outras palavras, passa a haver uma certa especialização, ou seja, o MUJ se torna esse lugar de referência no que tange à memória judaica de forma mais ampla.

²¹ CROOKE, 2007.

²² BROWN; CLAVERIE; WEIL, 2023.

²³ BIALSKI, 2022.

Instituição que tem ressaltada a presença de um sentido de comunidade desde seus primórdios, por sua idealização e concretização, aproximando-se da ideia de um museu comunitário, o MUJ tem se voltado à representação dos judeus em sua integração na sociedade brasileira mais ampla, buscando, dessa forma, um diálogo entre comunidade e sociedade, o que confere à entidade características de um museu de sociedade²⁴.

Se de um lado essa iniciativa é pioneira em nosso território, dando visibilidade à comunidade judaica como um todo, de outro a organização de exposições segundo tópicos específicos, como eventos festivos do calendário judaico e seus objetos, a vida dos imigrantes e o que trouxeram em sua bagagem, por exemplo, faz com que o legado de cada subcomunidade seja preterida. Sob esse prisma de um museu judaico integrado, Noam Perry e Ruth Kark²⁵ afirmam

O patrimônio cultural de cada comunidade é dividido em elementos e posicionado como se fosse uma peça de quebra-cabeça do povo judeu, fazendo com que seja difícil aos visitantes articular uma opinião separada de cada comunidade em suas especificidades. (tradução nossa)

Perry e Kark, em seu livro intitulado *Ethnographic museums in Israel*, mencionam que o nascimento dos museus voltados a grupos étnicos específicos se deveu às mudanças ocorridas no discurso público daquele país nos anos 1960 e 1970, com destaque para a tensão crescente entre asquenazes e não-asquenazes. A partir daquele momento, não era mais possível ignorar a existência de uma gama de comunidades não-asquenazes, consideradas marginalizadas. Em Israel, museus nacionais salientam a história conjunta do povo judeu enquanto unidade cultural, minimizando as diferenças entre grupos étnicos. Nesse horizonte, esses equipamentos culturais reforçam a política do *melting pot* – estandardização forçada que levou à supressão dolorosa de identidades.

Assim, vários coletivos passaram justamente a enfatizar suas singularidades, como é o caso dos judeus orientais, em contraposição à cultura asquenaze hegemônica. É quando vêm à tona iniciativas que buscam proteger esse legado único fora das instituições universalizantes, pois dessa forma é possível preservar um patrimônio selecionado pela própria comunidade, dando visibilidade e acesso a essa herança, ampliando o senso de pertencimento e valorizando culturas antes menosprezadas.

²⁴ BIALSKI, 2021.

²⁵ PERRY; KARK, 2017, p. 52.

Sob essa mesma ótica, com enfoque no panorama global, Néstor Canclini problematiza o conceito de patrimônio da humanidade, colocando-se a seguinte pergunta: “como construir uma visão de validade universal que inter-relacione culturas diversas, permita compará-las e encontre um denominador comum sem desconhecer sua singularidade?”.²⁶ Daí a importância de se privilegiar e considerar legítimas as perspectivas de cada grupo, seja local, étnico, religioso ou de gênero. Canclini pondera inclusive que “muitos setores não querem ser incluídos ou não se sentem parte de nenhum projeto nacional ou social que transcenda os interesses de seu grupo”, porque priorizam sua autonomia.²⁷

Laurajane Smith²⁸ concorda com Canclini²⁹ quanto à falência das definições usuais de patrimônio apropriadas por profissionais da área em geral. Em outras palavras, os conceitos tradicionalmente aceitos, segundo ela, dificultam o acesso das comunidades a um entendimento próprio de passado e presente. Museus, mais que locais de guarda, devem ser percebidos como auxiliares na criação ativa de patrimônios e significados, vinculados à legitimação de identidades e de pertencimentos. Devem se constituir em ferramentas culturais cujo uso está conectado aos processos de elaboração de significados históricos e sociais. A autora chama atenção para as práticas afetivas incluídas no processo de formatação dessas heranças: são as emoções trabalhando para a apropriação de memórias. Quanto ao propósito de um ambiente museológico que lide com afirmação e reforço de identidades étnicas familiares, Smith acredita que tais iniciativas, além de colaborarem no quesito informação, influenciam os visitantes quanto ao caráter cosmopolita e multicultural da diversidade. Para ela, esse tipo de empreendimento afirma, rememora, reconhece, tece reflexões e trabalha para desenvolver conexões intergeracionais. É um aliado contra a assimilação em meio a narrativas históricas nacionais.

Uma experiência museológica para chamar de sua. É nesse sentido, tendo como pano de fundo a Nova Museologia e suas propostas de rompimento com o modelo de museu tradicional, apoiando-se na proposição dos museus comunitários para um fazer museológico participativo, e ainda mobilizando os conceitos de museu etnográfico para grupos judaicos minoritários trazidos por Perry e Kark³⁰, que propomos a conceitualização de uma iniciativa que priorize o patrimônio material e imaterial dos judeus orientais paulistanos, obedecendo a um recorte espacial no que tange ao ponto de partida desse grupo – as cidades libanesas de

²⁶ CANCLINI, 2016, p. 104-105.

²⁷ CANCLINI, 2016, p. 187.

²⁸ SMITH, 2017.

²⁹ CANCLINI, 2016.

³⁰ PERRY; KARK, 2017.

Beirute e Sidon – assim como a um recorte temporal pensando em sua chegada ao Brasil – as três primeiras décadas do século XX.

Dessa forma, a comunidade em questão identifica e valoriza suas referências culturais, além de se configurar como protagonista na preservação desse acervo para futuras gerações, trabalhando para que esse conhecimento transborde para a sociedade como um todo. Ganha a comunidade, que se mobiliza para garantir que sua memória, identidade e cultura se perpetuem. Ganha a sociedade, ampliando seus horizontes, enriquecendo seu olhar, diminuindo preconceitos.

Referências

BENCHIMOL, S. *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia*. Manaus: Comitê Israelita do Amazonas, 1998.

BIALSKI, A. A. *Museu Judaico de São Paulo: a criação de um diálogo entre comunidade e sociedade*. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Letras Estrangeiras e Tradução) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

_____. *Memorial do Holocausto: um estudo dos públicos escolar e espontâneo*. 2022. Monografia (Especialização em Museologia, Cultura e Educação) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BLAY, E. A. *O Brasil como destino: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BROWN, K.; CLAVERIE, M; WEIL, K. *The EU-LAC Museums Project and community-based museums*. In: BROWN, K; CUMMINS, A; RUEDA, A. S. G. (Ed.). Communities and museums in the 21st century: shared histories and climate action. London/New York: ICOM, 2024. Open access version. Disponível em: <<http://www.taylorfrancis.com>>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRITTO, C.C. “*As palavras continuam com os seus deslimites*”: reflexões sobre *Sociomuseologia e linguagem de especialidade*. In: PRIMO, J.; MOUTINHO, M. C. (Ed.). Teoria e prática da Sociomuseologia. Lisboa: Departamento de Museologia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021. p. 65 - 86.

CANCLINI, N. G. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

COSIC, M. Jewish museums: from treasure box to forum for dialogue. **Plus 51J Media**. Sydney, 3 Nov. 2023. Disponível em: <https://plus61j.net.au/jewish-museums-from-treasure-box-to-forum-for-dialogue/>. Acesso em: 9 dez. 2023.

CROOKE, E. M. *Museums and Community: ideas, issues and challenges*. London: Routledge, 2007.

DECOL, R. *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. 1999. 250 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

DESVALLÉES, A. et al. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FALBEL, N. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.

FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FREIDENSON, M. L.; BECKER, G. (Org.). *Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

GOLDBAUM, S. *On the recent worsening of income distribution among the Jewish Population in Brazil*, in: Contemporary Jewry, 2022. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12397-022-09457-8>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GOLDBERG, H. E.; BRAM, C. *Sephardic/Mizrahi/Arab-Jews: reflections on critical sociology and the study of Middle Eastern Jewries within the context of Israeli society*, in: Studies in contemporary Jewry, v. 22, p. 227 – 256, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286632375_SephardicMizrahiArab-Jews_Reflections_on_critical_sociology_and_the_study_of_Middle_Eastern_Jewries_within_the_context_of_Israeli_society>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GOLDFELD, M. S. *O Brasil, o Império Otomano e a sociedade internacional: contrastes e conexões (1850–1919)*. 2012. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/0ac82842-f8eb-4dd9-9367-be27f245d96e>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

GREIBER, B. L.; MALUF, L. S.; MATTAR, V. C. *Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

GRINBERG, K. (Org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JULIUS, L. *Uprooted: desenraizados: como 3.000 anos de civilização judaica no mundo árabe desapareceram da noite para o dia*. São Paulo: Kadimah, 2020.

KLICH, I.; LESSER, J. “Turco” immigrants in Latin America. The Americas, v. 53, n. 1 (Jul. 1996), p. 1-14, 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1007470?seq=1>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MEIHY, M. *Os libaneses*. São Paulo: Contexto, 2022.

MIZRAHI, R. *Imigrantes judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Imigrantes judeus do Oriente Médio e sua inserção em São Paulo e no Rio de Janeiro*, in: GRINBERG, K. (Org.). Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória*. Revista Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 18 maio 2019.

NOVA definição de Museu. International Council of Museums Brasil. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776#:~:text=Com%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20comunidades%2C%20os%20museus%20funcionam,durante%20a%20Confer%C3%A2ncia%20Geral%20do%20ICOM%20em%20Praga. Acesso em: 22 jan. 2024.

PERRY, N.; KARK, R. *Ethnographic museums in Israel*. New York: Israel Academic Press, 2017.

PÓVOA, C. A. *A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2010.

SMITH, L. *'We are... we are everything': the politics of recognition and misrecognition at immigration museums*, in: Museum & Society. v. 15, n. 1, p. 69-86, 2017.

SOARES, B. C. B. *A experiência museológica: conceitos para uma fenomenologia do Museu*, in: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST. v. 5, n. 2, p. 55-71, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/216>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TRUZZI, O. M. S. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VALADARES, P.; FAIGUENBOIM, G.; ANDREAS, N. *Os primeiros judeus de São Paulo: uma breve história contada através do Cemitério Israelita de Vila Mariana*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2009.

VELTMAN, H. B. *A História dos Judeus em São Paulo*. Rio de Janeiro: Instituto Arnaldo Niskier, 1994.

ZITUNE, G. *Beirute, Mooca, panelas e amor*. São Paulo: Oficina de Conteúdo, 2017.